



Presidência da República
Secretaria de Direitos Humanos
Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conade
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS B, Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º Andar • CEP:
70308-200 • Brasília – DF
Fone: (61) 2025-7971 / 2025-3673 Fax: (61) 2025-9967 • E-mail: conade@sdh.gov.br

ATA DA NONAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1 Do quinto ao sexto dia de junho do ano de dois mil e quatorze, realizou-se a
2 nonagésima segunda reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
3 com Deficiência. **Período matutino do quinto dia de junho de dois mil e quatorze.**
4 Presença dos conselheiros: Casa Civil da Presidência da República, a Conselheira
5 Milena Souto M. de Medeiros; Conselhos Estaduais, o titular Dylson Ramos Bessa
6 Junior; Conselhos Municipais, a titular Célia Regina Saldanha Diniz; Ministério da
7 Ciência, Tecnologia e Inovação, o suplente José Netto Estrella Neto; Ministério da
8 Educação, a suplente Rosana Cipriano J. da Silva; Ministério da Previdência Social, o
9 titular Raimundo Nonato Souza; Ministério da Saúde, a titular Vera Lúcia Ferreira
10 Mendes e a suplente Flávia da Silva Tavares; Ministério das Cidades, a suplente
11 Carolina Moreira Barbosa de Brito; Ministério das Comunicações, o titular Octávio
12 Penna Pieranti e o suplente Marcelo Leandro Ferreira; Ministério das Relações
13 Exteriores, a suplente Laura Berdine Santos Delamonica; Ministério do
14 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a suplente Andréa Duarte Lins; Ministério
15 do Trabalho e Emprego, a titular Fernanda Maria P. Di Cavalcanti; Secretaria de
16 Direitos Humanos, o titular Antonio José do N. Ferreira e a suplente Laíssa da Costa
17 Ferreira; Secretaria de Políticas para as Mulheres, a titular Maria de Lourdes A.
18 Rodrigues; Academia Brasileira de Neurologia, a titular Cláudia Barata R. B. Barroso;
19 Associação Brasileira de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de Albuquerque;
20 Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO, o titular Rubens Gil Junior;
21 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiências de Funcionários do Banco do
22 Brasil e da Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss; Central Única
23 dos Trabalhadores – CUT, o titular Isaias Dias; Confederação Brasileira de Desporto de
24 Deficientes Visuais – CBDV, o titular José Antonio Ferreira Freire; Conselho Federal de
25 Arquitetura e Agronomia – CONFEA, o titular Osvaldo Luiz Valinote; Federação das
26 Associações de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA, a titular Rosângela da
27 Silva Santos; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, o
28 titular Francisco Eduardo Coelho da Rocha; Federação Brasileira das Associações de
29 Síndrome de Down, a titular Gecy Maria Fritsch Klauck; Federação Brasileira de
30 Associações Cívicas de Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson
31 Roberto Gomiero; Federação Nacional das Apaes, o titular Adinilson Marins dos Santos
32 e o suplente Eivaldo Fernandes Neto; Federação Nacional das Associações Pestalozzi
33 – FENASP, a titular Ester Alves Pacheco Henriques; Federação Nacional das Avapes –
34 Fenavape, a titular Sheila Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o
35 titular Joaquim Santana Neto. Ausências justificadas: Associação Nacional dos
36 Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com
37 Deficiência – AMPID; Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Organização
38 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF. Ausências: Ministério da
39 Cultura; Ministério da Justiça; Ministério do Esporte; Ministério do Turismo; Ministério
40 dos Transportes; Confederação Nacional do Comércio – CNC. O Senhor Presidente do
41 Conade iniciou os trabalhos com a aprovação da ata da nonagésima primeira reunião.

42 Na sequência, a Conselheira Célia Regina Saldanha Diniz realizou a leitura do texto de
43 despedida da ex-conselheira Naira Rodrigues. O Presidente do Conade parabenizou o
44 Conselho pela sessão solene na Câmara dos Deputados no dia três de junho de 2014,
45 que reuniu noventa e quatro parlamentares e mais de trezentas pessoas. A pauta da
46 nonagésima segunda reunião foi aprovada após pedido de inversão da pauta da tarde
47 de sexta-feira para que se inicie com o relato das comissões. O Conselheiro Octavio
48 Penna Pieranti do Ministério das Comunicações sobre acessibilidade na TV brasileira.
49 O Conselheiro relatou que quase 100% do território nacional já está coberto e que é
50 garantido que a TV seja entendida por todos. Em relação à legenda oculta, disse que é
51 previsto um aumento progressivo ao longo dos anos do total de programação com este
52 recurso. Desde junho de 2010, pelo menos 12 horas diárias da programação e, em
53 junho de 2017, está previsto que a programação inteira tenha este recurso. Disse ainda
54 que as reclamações recebidas são normalmente de ordem qualitativa, não quantitativa.
55 No caso da audiodescrição, também está previsto um aumento progressivo. Desde
56 junho de 2013, espera-se pelo menos 4 horas semanais com este recurso e, até julho
57 de 2020, pelo menos 20 horas semanais. Há, porém, ausência de mão de obra
58 capacitada. Desde 2011, 33 emissoras foram sancionadas referentes à acessibilidade.
59 O descumprimento do total mínimo e da qualidade da programação pode resultar em
60 230 mil reais em multa. O Conselheiro disse que, para o futuro, é preciso avançar o
61 processo de digitalização da TV, popularização dos aparelhos receptores com acesso
62 aos recursos de acessibilidade, capacitação de profissionais para a produção de
63 conteúdos, acordos com distribuidoras nacionais e internacionais de conteúdos e
64 patrocínio de conteúdos nacionais que disponham desse recurso. A ampliação dos
65 recursos de acessibilidade depende do desenvolvimento de um sistema complexo,
66 integrado por produtores, distribuidores, fabricantes, etc. Por fim, disse que o Estado
67 deve estimular o desenvolvimento desse sistema, mas, sobretudo, realizar uma
68 articulação e sensibilização dos atores envolvidos. Seguiu-se o debate, no qual foi
69 levantada a questão dos horários de audiodescrição, e o Conselheiro esclareceu que o
70 Ministério só pode informar o horário do conteúdo no dia em que foi fiscalizada e
71 sugeriu que o Conade envie um ofício às emissoras salientando a importância de
72 anunciar esse conteúdo. A apresentação seguinte foi sobre a política de acessibilidade
73 na produção audiovisual, por Sílvia Bahiense Naves, Coordenadora Geral do
74 Desenvolvimento Sustentável do Audiovisual da Secretaria do Audiovisual (SAV) do
75 Ministério da Cultura. Ela começou dizendo que não existe política nacional de
76 acessibilidade no audiovisual no Brasil, e que apenas 5% do conteúdo audiovisual da
77 Programadora Brasil são acessíveis. Salientou que é preciso que entidades ou
78 indivíduos digam que a qualidade da legenda não está boa e disse ainda que é
79 possível juntar as pessoas com e sem deficiências numa mesma sessão de cinema.
80 Após o debate, houve adiantamento da pauta, com a apresentação do relatório da
81 Comissão de Orçamento e Finanças. A Conselheira Rosângela da Silva Santos
82 apresentou o relatório, no qual constava a solicitação à Casa Civil dos dados
83 atualizados da execução do Programa Viver sem Limite bem como a demanda sobre a
84 divulgação do observatório do Plano. O relatório foi aprovado. Concluíram-se os
85 trabalhos da manhã. **Período vespertino do quinto dia de junho de dois mil e**
86 **quatorze.** Presença dos conselheiros: Casa Civil da Presidência da República, a
87 Conselheira Milena Souto M. de Medeiros; Conselhos Estaduais, o titular Dylson
88 Ramos Bessa Junior; Conselhos Municipais, a titular Célia Regina Saldanha Diniz;
89 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o suplente José Netto Estrella Neto;
90 Ministério da Previdência Social, o titular Raimundo Nonato Souza; Ministério da
91 Saúde, a titular Vera Lúcia Ferreira Mendes e a suplente Flávia da Silva Tavares;
92 Ministério das Cidades, a suplente Carolina Moreira Barbosa de Brito; Ministério das
93 Comunicações, o suplente Marcelo Leandro Ferreira; Ministério do Desenvolvimento
94 Social e Combate à Fome, a suplente Andréa Duarte Lins; Ministério do Trabalho e
95 Emprego, a titular Fernanda Maria P. Di Cavalcanti; Secretaria de Direitos Humanos, o
96 titular Antonio José do N. Ferreira e a suplente Laíssa da Costa Ferreira; Academia
97 Brasileira de Neurologia, a titular Cláudia Barata R. B. Barroso; Associação Brasileira
98 de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de Albuquerque; Associação Brasileira de

99 Ostomizados – ABRASO, o titular Rubens Gil Junior; Associação de Pais, Amigos e
100 Pessoas com Deficiências de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade –
101 APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss; Central Única dos Trabalhadores – CUT,
102 o titular Isaias Dias; Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais –
103 CBDV, o titular José Antonio Ferreira Freire; Confederação Nacional do Comércio –
104 CNC, o titular Janilton Fernandes Lima; Federação das Associações de Renais e
105 Transplantados do Brasil – FARBRA, a titular Rosangela da Silva Santos; Federação
106 Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, o titular Francisco Eduardo
107 Coelho da Rocha; Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB, a suplente
108 Patrícia Neves Raposo; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down,
109 a titular Gecy Maria Fritsch Klauck; Federação Brasileira de Associações Cíveis de
110 Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson Roberto Gomiero;
111 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENASP, a titular Ester Alves
112 Pacheco Henriques; Federação Nacional das Avapes – Fenavape, a titular Sheila
113 Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o titular Joaquim Santana
114 Neto. Ausências justificadas: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
115 de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com Deficiência – AMPID; Conselho
116 Federal de Arquitetura e Agronomia – CONFEA; Organização Nacional de Entidades
117 de Deficientes Físicos - ONEDEF. Ausências: Ministério da Cultura; Ministério da
118 Educação; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do
119 Esporte; Ministério do Turismo; Ministério dos Transportes; Secretaria de Políticas para
120 as Mulheres; Federação Nacional das Apaes. Os trabalhos da tarde se iniciaram com a
121 apresentação de Antonio Sérgio Martins Carneiro, Diretor da Diretoria de Saúde do
122 Trabalhador do Ministério da Previdência Social, sobre o processo de implantação da
123 Lei Complementar 142 de 2013, mais especificamente sobre a avaliação da pessoa
124 com deficiência para concessão de aposentadoria. Ele esclareceu que foram
125 capacitados 540 peritos médicos e 352 assistentes sociais e que as gerências
126 executivas estão aptas a realizar esse tipo de avaliação. Disse que houve um pico em
127 fevereiro, no início do programa, e o esperado é que se estabilize, e disse que o maior
128 número de requisições por aposentadoria por invalidez é São Paulo, onde mais de
129 dezessete mil pessoas fizeram agendamentos, seguidos de quase três mil despachos,
130 sendo que a média tem sido de mais ou menos 50% entre os deferidos e indeferidos.
131 Não há ainda a extração especial dos dados entre os casos leve, moderado e grave.
132 Enfatizou a dificuldade devido ao pioneirismo da iniciativa, já que não há instrumentos
133 parecidos em nenhum lugar do mundo e esclareceu que a validação está em processo
134 com a UnB e espera-se que esse seja um instrumento de referência para o mundo
135 todo. Disse ainda que essa iniciativa tem um impacto cultural na perícia médica e no
136 serviço social, sendo que o desafio é o de construir a intersectorialidade. Após o debate,
137 houve a apresentação da Conselheira Vera Mendes sobre o Plano Saúde sem Limite,
138 incluindo a implantação de Centros Especializados em Reabilitação (CERs). A
139 Conselheira passou a lista de CERs habilitados por unidades federativas e disse que
140 estão em construção trinta e cinco oficinas ortopédicas. Também falou sobre
141 atendimento odontológico, triagem neonatos, diretrizes terapêuticas para diversas
142 deficiências e o PRONASS. Finalizado o debate, a Conselheira Vera agradeceu ao
143 Presidente do Conade e fez um apelo para que se faça, sim, um debate público, mas
144 sem colocar em risco as políticas públicas já conquistadas, principalmente em ano
145 eleitoral. Quanto às críticas, ela disse que ainda há dificuldades em alguns CERs, mas
146 que o objetivo é a superação. O Presidente do Conade disse que uma política pública
147 dessa importância não tem partidos e que o Plano Viver sem Limite é um plano indutor
148 de políticas e que a rede continua após o plano, que esses são ganhos estruturantes e
149 acima de partidos para as cidadãs e cidadãos brasileiros. Concluíram-se os trabalhos
150 do dia. **Período matutino do sexto dia de junho de dois mil e quatorze.** Presença
151 dos conselheiros: Conselhos Estaduais, o titular Dylson Ramos Bessa Junior;
152 Conselhos Municipais, a titular Célia Regina Saldanha Diniz; Ministério da Ciência e
153 Tecnologia e Inovação, o suplente José Netto estrela Neto; Ministério da Educação, a
154 suplente Rosana Cipriano J. da Silva; Ministério da Previdência Social, o titular
155 Raimundo Nonato Souza; Ministério da Saúde, a suplente Flávia da Silva Tavares;

156 Ministério das Cidades, a suplente Carolina Moreira Barbosa de Brito; Ministério das
157 Comunicações, o suplente Marcelo Leandro Ferreira; Ministério do Esporte, a titular
158 Eidilamar Fátima da Silva; Ministério do Trabalho e Emprego, a titular Fernanda Maria
159 P. Di Cavalcanti; Ministério dos Transportes, o titular Rodrigo Marques de Oliveira;
160 Secretaria de Direitos Humanos, o titular Antonio José do N. Ferreira e a suplente
161 Laíssa da Costa Ferreira; Associação Brasileira de Neurologia, a titular Cláudia Barata
162 R. B. Barroso; Associação Brasileira de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de
163 Albuquerque; Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO, o titular Rubens Gil
164 Junior; Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiências de Funcionários do
165 Banco do Brasil e da Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss;
166 Central Única dos Trabalhadores – CUT, o titular Isaias Dias; Confederação Nacional
167 do Comércio – CNC, o titular Janilton Fernandes Lima; Conselho Federal de
168 Arquitetura e Agronomia – CONFEA, o titular Osvaldo Luiz Valinote; Federação das
169 Associações de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA, a titular Rosangela da
170 Silva Santos; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, o
171 titular Francisco Eduardo Coelho da Rocha; Federação Brasileira das Associações de
172 Síndrome de Down, a titular Gecy Maria Fritsch Klauck; Federação Brasileira de
173 Associações Cívicas de Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson
174 Roberto Gomiero; Federação Nacional das Apaes, o titular Adinilson Marins dos Santos
175 e o suplente Erivaldo Fernandes Neto; Federação Nacional das Associações Pestalozzi
176 – FENASP, a titular Ester Alves Pacheco Henriques; Federação Nacional das Avapes –
177 Fenavape, a titular Sheila Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o
178 titular Joaquim Santana Neto; Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB, a
179 suplente Patrícia Neves Raposo. Ausências justificadas: Ministério do Desenvolvimento
180 Social e Combate à Fome; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de
181 Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com Deficiência – AMPID; Organização
182 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF. Ausências: Casa Civil da
183 Presidência da República; Ministério da Cultura; Ministério da Justiça; Ministério das
184 Relações Exteriores; Ministério do Turismo; Secretaria de Políticas para as Mulheres;
185 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais – CBDV. Os trabalhos se
186 iniciaram com a apresentação de Marco Antônio Juliatto, Diretor do Departamento de
187 Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos
188 Direitos Humanos sobre a unificação das conferências nacionais. A proposta vem a
189 partir do Fórum Mundial de Direitos Humanos, que foi muito bem aceito pela sociedade
190 e pela comunidade. Mais de dez mil pessoas participaram e mais de duzentas
191 entidades fizeram parte do comitê gestor. O objetivo da proposta é unificar as
192 temáticas, que atualmente são segmentadas, numa mesma agenda. Como a maioria
193 das conferências nacionais acontecerá em 2015 e a da pessoa com deficiência em
194 2016, a proposta é que as quatro conferências temáticas aconteçam em três dias e, na
195 sequência, aconteça a XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. As aberturas
196 seriam individuais para cada conferência temática a o encerramento conjunto, com a
197 participação da ou do Presidente da República. Durante as etapas municipais e
198 estaduais seriam eleitos também as delegadas e delegados para a Conferência
199 Nacional de Direitos Humanos. O tema da XII Conferência Nacional de Direitos
200 Humanos, a ser realizada em dezembro de 2015, será o sistema nacional de direitos
201 humanos. Os pontos fortes da proposta, segundo o Diretor, são o fortalecimento das
202 redes das diversas temáticas de direitos humanos; a integração entre conselhos;
203 sociedade civil e suas políticas; o fortalecimento e ampliação da participação social
204 com visibilidade nacional para a ação conjunta; o diálogo com o fórum interconselhos e
205 a possibilidade que as mesas diretoras das conferências compartilhem interseções de
206 políticas; a otimização de recursos; a percepção dos ganhos com a integração das
207 discussões das temáticas; a participação efetiva de delegados das conferências
208 temáticas; e a participação de todos os membros dos conselhos da SDH como
209 delegados da XII CNDH. À apresentação, seguiu-se o debate. Ficou encaminhado que
210 este tópico será pauta da próxima reunião ordinária. O Diretor Antônio Juliatto disse,
211 por fim, que é preciso uma articulação com os outros órgãos correlatos, como a SPM, a
212 SEPPPIR, a Secretaria Nacional da Juventude, etc. Agradeceu pelo tempo e disse que

213 espera em agosto ter uma resposta favorável e que rapidamente se formem grupos de
214 trabalho para continuar a organização. Seguiu-se a apresentação da Professora
215 Rosana Alcântara, Diretora da Ancine, representando o Diretor Presidente, sobre
216 acessibilidade no cinema brasileiro. A Diretora disse que a Ancine tem um papel mais
217 amplo do que simplesmente ligado ao cinema, e que tem um papel forte de fomento.
218 Relatou que a cadeia produtiva do audiovisual é composta por produção, exibição e
219 distribuição e que a agenda regulatória da Ancine decide pelo que irá regular e
220 fiscalizar. Disse que houve uma consulta pública de abril a maio de 2014 sobre
221 legendagem e audiodescrição, que teve uma resposta bastante significativa, com 111
222 contribuições. Disse que, daqui para frente, será instituído um grupo de trabalho de
223 sobre a exibição cinematográfica, estudando possíveis medidas regulatórias ligadas à
224 acessibilidade. A Ancine tem um programa chamado programa Perto de Você,
225 instituído pela lei 12.599 de 2012, para ampliar o mercado interno de cinema e acelerar
226 a implantação de salas no Brasil. A Ancine também, desde 2009, organizou o fundo
227 setorial do audiovisual, que promove linhas de financiamento em seus editais para a
228 questão da acessibilidade. O ano de 2013 foi o ano que mais se teve público desde a
229 retomada do cinema brasileiro e o maior número de estreias de toda a história, com
230 129 filmes. O mercado de vídeo por demanda também se qualifica como um mercado
231 importante para o audiovisual brasileiro. Disse, por fim, que o processo de digitalização
232 das salas brasileiras segue em curso no Brasil, o que potencializa a possibilidade de
233 recursos de acessibilidade. Seguiu-se o debate. Final dos trabalhos da manhã.

234 **Período vespertino do dia sexto de junho de dois mil e quatorze.** Presença dos
235 conselheiros: Conselhos Municipais, a titular Célia Regina Saldanha Diniz; Ministério da
236 Ciência e Tecnologia e Inovação, o suplente José Netto estrela Neto; Ministério da
237 Educação, a suplente Rosana Cipriano J. da Silva; Ministério da Previdência Social, o
238 titular Raimundo Nonato Souza; Ministério das Cidades, a suplente Carolina Moreira
239 Barbosa de Brito; Ministério das Comunicações, o suplente Marcelo Leandro Ferreira;
240 Ministério dos Transportes, o titular Rodrigo Marques de Oliveira; Secretaria de Direitos
241 Humanos, o titular Antonio José do N. Ferreira e a suplente Laíssa da Costa Ferreira;
242 Secretaria de Políticas para as Mulheres, a suplente Thays de Souza Nogueira;
243 Associação Brasileira de Neurologia, a titular Cláudia Barata R. B. Barroso; Associação
244 Brasileira de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de Albuquerque; Associação
245 Brasileira de Ostromizados – ABRASO, o titular Rubens Gil Junior; Associação de Pais,
246 Amigos e Pessoas com Deficiências de Funcionários do Banco do Brasil e da
247 Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss; Central Única dos
248 Trabalhadores – CUT, o titular Isaias Dias; Confederação Nacional do Comércio –
249 CNC, o titular Janilton Fernandes Lima; Conselho Federal de Arquitetura e Agronomia
250 – CONFEA, o titular Osvaldo Luiz Valinote; Federação das Associações de Renais e
251 Transplantados do Brasil – FARBRA, a titular Rosângela da Silva Santos; Federação
252 Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, o titular Francisco Eduardo
253 Coelho da Rocha; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, a
254 titular Gecy Maria Fritsch Klauck; Federação Brasileira de Associações Cívicas de
255 Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson Roberto Gomiero;
256 Federação Nacional das Apaes, o titular Adinilson Marins dos Santos e o suplente
257 Erivaldo Fernandes Neto; Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENASP,
258 a titular Ester Alves Pacheco Henriques; Federação Nacional das Avapes – Fenavape,
259 a titular Sheila Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o titular
260 Joaquim Santana Neto; Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB, a suplente
261 Patrícia Neves Raposo. Ausências justificadas: Associação Nacional dos Membros do
262 Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com Deficiência –
263 AMPID; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF.
264 Ausências: Casa Civil da Presidência da República; Conselhos Estaduais; Ministério da
265 Cultura; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do
266 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Esporte; Ministério do
267 Turismo; Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais – CBDV.
268 Iniciaram-se os trabalhos da tarde com os relatórios das comissões permanentes.
269 Primeiramente, o relatório da Comissão de Articulação de Conselhos, que introduziu a

270 discussão do marco legal da pessoa com deficiência e a avaliação do V Encontro de
271 Conselhos. Foi definido o calendário de trabalho para discussão sobre o marco legal: o
272 relatório dos trabalhos será apresentado na reunião de agosto, para se seguir à
273 consulta pública para em dezembro apresentar o documento final. Sobre o V Encontro,
274 definiu-se que ocorrerá nos dias 2 a 4 de dezembro com a participação de, no máximo,
275 1.400 pessoas. Ficou estipulado também que haverá reunião extraordinária da CAN e
276 CAC para elaboração do edital de eleição do Conade e dos subsídios para o marco
277 legal. Ficou deliberado que serão dois dias de reunião extraordinária da CAN e da
278 CAC, nos dias 20 a 22 de julho. O relatório da CAC foi aprovado. A Conselheira
279 Fernanda do Ministério do Trabalho apresentou o balanço do Dia D da Pessoa com
280 Deficiência e seus resultados parciais foram: quinze capitais, quase cem postos de
281 atendimento no interior, quatro mil vagas disponibilizadas, duas mil pessoas com
282 deficiência ou reabilitados atendidos e encaminhados para o processo de seleção e
283 trezentas empresas presentes (sendo que ainda faltavam dados de Mato Grosso do
284 Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e de nove cidades de
285 grande porte). A avaliação foi positiva devido, principalmente, à divulgação da Sine
286 como promotora de oportunidades para pessoa com deficiência. Abriu-se o debate.
287 Passou-se então ao relatório das demais comissões, começando pela Comissão de
288 Políticas Públicas com o Conselheiro Raimundo Nonato. O Conselheiro relatou a
289 demanda do Direito Municipal de Paulo Afonso na Bahia sobre o Artigo 47 da Lei 8.213
290 de 1991, a respeito da mensalidade reduzida para as pessoas que são aposentadas
291 por invalidez, e indicou que emitirá um ofício ao município com a resposta adequada.
292 Foi aprovado o relatório da CPP. O Conselheiro Janilton Lima apresentou o relatório da
293 Comissão de Comunicação Social, que relator que a CCS vai elaborar uma cartilha
294 sobre os termos relacionados às diversas deficiências. Ficou deliberado que a cartilha
295 da Deputada Rosinha da Adefal será encaminhada a CAC para confirmar se há alguma
296 informação faltando ou incorreta. Também foi examinada a cartilha do Ministério
297 Público do trabalho com perguntas e respostas a respeito das cotas, que está
298 disponível no site www.pcdlegal.com.br de maneira completamente acessível. A ata da
299 CCS foi aprovada. O Conselheiro Joaquim Santana apresentou o relatório da
300 Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos. O primeiro
301 item se referiu às declarações constrangedoras do Secretário de Turismo do Rio de
302 Janeiro, nas quais ele diz que a cidade do Rio de Janeiro não se preparou para receber
303 as pessoas com deficiência e que esse não é o público alvo do evento. O Conade
304 elaborou um ofício para ser enviado para o prefeito do Rio de Janeiro cobrando essas
305 medidas. O segundo item foi o processo de um indivíduo que foi atropelado em 2009 e
306 nunca recebeu indenização da empresa, aguardando perícia médica em hospital
307 público há mais de um ano. Foi elaborado ofício ao Ministério Público do estado para
308 que envie um promotor público específico para acompanhar de perto. O terceiro item
309 se referiu à consulta pública submetida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública
310 do Ministério da Justiça, para a qual o Conade sugeriu revisão completa dos
311 questionários e ofereceu reunião com conselheiro ou conselheira para aperfeiçoar as
312 discussões. O quarto item foi o pedido de revisão do Decreto nº 7.133/2010, que
313 regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização
314 das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das
315 gratificações de desempenho no serviço público federal, apresentado por
316 representantes do Movimento Cidade para Todos e do Movimento Visibilidade Cegos
317 Brasil. A conselheira Fernanda do MTE elaborou um ofício ao Ministério do
318 Planejamento, Orçamento e Gestão para dar visibilidade à necessidade de
319 acessibilidade para o cumprimento de metas por parte dos servidores públicos com
320 deficiência. O quinto item foi em relação à Instrução Normativa Nº 1 de 2014 sobre a
321 avaliação funcional, sobre a qual a CAN emitirá parecer. Aprovado o relatório da CAN,
322 seguiram-se os informes. O Conselheiro Raimundo Nonato informou sobre a sua
323 participação na Teia da Diversidade em Natal, representando o Conade. O Conselheiro
324 Pedro Loss forneceu atualizações sobre a questão da acessibilidade no Estádio Beira
325 Rio em Porto Alegre, destacando que a direção do Esporte Clube Internacional violou
326 os direitos das pessoas com deficiência, desrespeitando a legislação vigente. O

327 Conselheiro Joaquim Santana informou sobre a Caminhada da Acessibilidade que
328 acontecerá no Piauí em junho. A Vice-Presidente do Conade, Ester Pacheco, informou
329 sobre sua participação no Congresso Nacional das APAEs em Goiânia. A Conselheira
330 Rosângela da Silva Santos parabenizou a SDH pela aprovação da PEC do Trabalho
331 Escravo. Com estes informes, concluíram-se os trabalhos da 92ª Reunião Ordinária do
332 Conade.